



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ASSUNTO: **Votação para membro do Conselho de Ética**

Proc: 2024/DSQMJ/2033

25-09-2024

Divulgação 155/2024

Exmo./a Sr./a Juiz/a Conselheiro/a;

Exmo./a Sr./a Juiz/a Desembargador/a;

Exmo./a Sr./a Juiz/a de Direito

Relembramos que no dia de amanhã - 26 de setembro, entre as 00h00m e as 23h59m, terá lugar a votação para membro do Conselho de Ética prevista no artigo 7.º, n.º 2 do Código de Conduta, na qual votarão os Srs. Juízes de cada uma das instâncias nos candidatos respetivos a essa instância, conforme divulgação que segue em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

A Juíza Secretária do CSM,



**Ana Cristina
Dias Chambel
Matias**

Juiz Secretária

[Ana Chambel Matias]

Assinado de forma digital por Ana Cristina
Dias Chambel Matias
f16f1a27ef92734734f47a9b124701a5fc758090
Dados: 2024.09.25 14:27:00





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ASSUNTO: **Votação para membro do Conselho de Ética**

Proc: 2024/DSQMJ/2033

13-09-2024

Divulgação 155/2024

Exmo./a Sr./a Juiz/a Conselheiro/a;

Exmo./a Sr./a Juiz/a Desembargador/a;

Exmo./a Sr./a Juiz/a de Direito

Informa-se V. Ex.^a que no próximo dia **26 de setembro, entre as 00h00m e as 23h59m**, terá lugar a votação para membro do **Conselho de Ética** prevista no artigo 7.º, n.º 2 do Código de Conduta, na qual votarão os Srs. Juizes de cada uma das instâncias nos candidatos respetivos a essa instância.

Para tal deverão os senhores juizes a exercer funções em cada uma das instâncias (Juizes Conselheiros, Juizes Desembargadores e Juizes de Direito) aceder à plataforma informática IUDEX, em <https://juizes.iudex.pt>, e na área reservada "Audições", encontrarão o campo para indicar eletronicamente o juiz que entendam dever ser nomeado para a respetiva instância.

A votação está sujeita a sigilo através da implementação de técnicas "Differential Privacy by Design" e técnicas de encriptação com chave simétrica acrescido com Hash e ainda chave de entropia (salt) secreta que forcem que não seja possível interpretar, alterar ou manipular e apenas fique registada a escolha por parte do magistrado sem nunca ser possível associar ambos.

A pronúncia de qualquer magistrado judicial é transmitida ao Conselho Superior da Magistratura de forma encriptada, garantindo-se o anonimato, a confidencialidade e a integridade dos dados recolhidos que serão exclusivamente tratados para efeitos de transmissão quantitativa ao Plenário do Conselho Superior da Magistratura, aquando da deliberação de designação de membro do Conselho de Ética.

Caso não consigam aceder a este menu específico das "Audições" solicitamos que entrem em contacto com o Conselho Superior da Magistratura.



Em anexo à presente divulgação encontram-se as instruções de voto e as notas curricular apresentadas pelos seguintes candidatos:

Supremo Tribunal de Justiça:

- José Eduardo Miranda Santos Sapateiro

Tribunais da Relação:

- Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues Palma;

- Eduardo Petersen Silva

- José Francisco Moreira das Neves

- Paulo Duarte Barreto Ferreira

Primeira Instância:

- João Ricardo Viegas Correia

- Mariana Azevedo Salvador dos Santos Capote;

- Pedro Leão da Costa Condé Pinto.

Com os melhores cumprimentos,

A Juíza Secretária do CSM,



**Ana Cristina
Dias Chambel
Matias**

Juiz Secretária

Assinado de forma digital por Ana Cristina
Dias Chambel Matias
a526c3cd01672f80ae89e0f374bb3c7349e8206d
Dados: 2024.09.16 10:54:00

(Ana Chambel Matias)



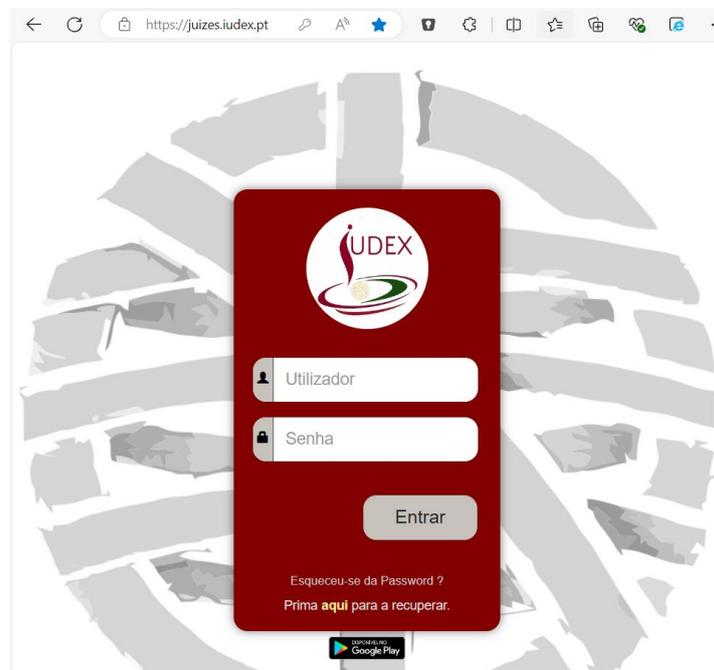
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Manual sobre votação para membro de Conselho de Ética

Este documento tem como objetivo ser um guia que pretende auxiliar na votação para membro de Conselho de Ética.

Indicamos abaixo os passos necessários para a realização da referida votação:

1 – Aceder ao Iudex (<https://juizes.iudex.pt>)



2 – Clicar na opção do menu lateral – Audições





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

3 – Aparecerá a Audição disponível para votação e deverá selecionar o Juiz que entende ser nomeado clicando na bola em frente ao seu nome

Audições

The screenshot shows a web interface for voting. At the top, there is a blue header with a hamburger menu icon and the text "Audições em Curso". Below this, a message states "Todas as respostas e comentários submetidos são anónimos". The main content area has a blue header with a checkmark icon and the text "Audição: Votação para membro de Conselho de Ética". Underneath, the word "votação" is displayed. There are two radio button options: "Juiz A" (unselected) and "Juiz B" (selected). Below the options is a "Comentários" section with a rich text editor toolbar containing icons for undo, redo, bold, italic, and text color. The text area below the toolbar contains "...". At the bottom of the form is an orange "Submeter" button.

4 – Clicar em Submeter e de seguida em OK para confirmar a submissão da votação

Pertende submeter a sua resposta?

A simple dialog box with two buttons: a blue "OK" button and a grey "Cancelar" button.

5 – Por último, receberá a informação de resposta guardada com sucesso e deverá clicar em Aceitar.

A dialog box with a green border and title "Informação". The message inside reads "A resposta foi guardada com sucesso". At the bottom right, there is a green "Aceitar" button.





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ASSUNTO: **Procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética**

Proc: 2024/DSQMJ/2033

13-09-2024

Nota curricular referente ao candidato pelo Supremo Tribunal de Justiça:

- Juiz Conselheiro José Eduardo Miranda Santos Sapateiro





Requerimento

Juiz	José Eduardo Miranda Santos Sapateiro		
Lugar	Supremo Tribunal de Justiça		
Categoria	Juiz Conselheiro	Data	27-06-2024 16:37
Dirigido a	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura		

Assunto	Junção de documentos em complemento da manifestação da sua disponibilidade para integrar o Conselho de Ética do CSM		
---------	---	--	--

Exm.º Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

JOSÉ EDUARDO MIRANDA SANTOS SAPATEIRO, Juiz-Conselheiro do STJ, vem anexar Biografia e Nota Explicativa do seu interesse e disponibilidade, já antes manifestados, para integrar o Conselho de Ética do Conselho Superior da Magistratura.

JOSÉ EDUARDO MIRANDA SANTOS SAPATEIRO, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça [Secção Social e Secção do Contencioso] candidata-se ao Conselho de Ética a constituir no âmbito do Conselho Superior de Magistratura por ser uma problemática que sempre lhe interessou e que considera fundamental para um adequado e correto exercício da função jurisdicional por parte dos magistrados judiciais.

Trata-se de uma complexa e multifacetada matéria que está em constante diálogo com a evolução e dinamismo da sociedade em que os juízes vivem e trabalham.

Desenvolveu, nessa medida, alguma investigação na área da ação disciplinar desenvolvida pelo Conselho Superior da Magistratura entre os anos de 1985 a 2004, assim como deu pontual formação no Centro de Estudos Judiciários, quer a convite dos respetivos docentes e na sua qualidade de juiz de direito, quer, posteriormente, no quadro das suas funções de Director-Adjunto para a Magistratura Judicial daquela mesma instituição.

Lisboa, dia 27 de junho de 2024

[José Eduardo Miranda Santos Sapateiro]

José Eduardo Miranda Santos Sapateiro nasceu, no dia 28 de julho de 1958, em Lisboa, cidade onde fez toda a sua formação escolar e universitária, tendo-se licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa no dia 31 de outubro de 1981.

Foi monitor de Direito Comercial entre dezembro de 1981 e julho de 1984, na Faculdade de Direito de Lisboa, ao mesmo tempo que tirou o estágio de advocacia, atividade profissional que, aliás, exerceu durante alguns meses, até ingressar no Centro de Estudos Judiciários, o que veio a acontecer no dia 1/9/1984.

Frequentou, então, em Lisboa, o curso de formação para juiz do CEJ, o que se prolongou durante dois anos (fase teórico-prática), vindo depois a fazer a pré-afetação de 8 meses no Tribunal Judicial de Coimbra, onde permaneceu como juiz auxiliar até 1 de setembro de 1987, sendo então colocado, sucessivamente, como juiz de direito, no 4.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, nos Tribunais Judiciais de Mafra, Praia da Vitória, Alcobaca e Caldas da Rainha e nos Tribunais do Trabalho de Torres Vedras e de Lisboa [2.º Juízo], tendo, finalmente, sido promovido ao Tribunal da Relação de Lisboa, onde desempenhou funções como Juiz Desembargador entre 4 de Setembro de 2006 e 26 de fevereiro de 2023.

Tomou posse como juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça no dia 27 de fevereiro de 2023, tendo integrado, até 3 de outubro de 2023, a 5.ª Secção Criminal e desde o dia 4 de outubro, a 4.ª Secção Social do mesmo tribunal.

Foi Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura entre 15 de julho de 2000 e 1 de setembro de 2004.

Foi Diretor-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários desde o dia 1 de agosto de 2021 a 31 de julho de 2022.

Foi docente convidado da cadeira semestral de Direito Processual do Trabalho na Universidade Nova de Lisboa, durante dois anos e no âmbito de dois cursos de mestrado [fevereiro de 2020 a junho de 2020 e fevereiro de 2021 a junho de 2021].

Foi sócio fundador e membro da Direção da AJpC - ASSOCIAÇÃO DE JUÍZES PELA CIDADANIA, durante os seus cerca 3 anos de atividade.

Possui publicados alguns textos na área da justiça, do direito e da psicologia judiciária e tem participado, como moderador ou orador, em diversos colóquios, conferências e seminários.

CURRÍCULO

JOSÉ EDUARDO MIRANDA SANTOS SAPATEIRO

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 31/10/1981, esteve colocado, entre outros tribunais judiciais, no 4.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, no Tribunal do Trabalho de Torres Vedras, no 2.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Lisboa e, finalmente, no Tribunal da Relação de Lisboa, como Juiz Desembargador, desde 1 de setembro de 2006 [na 6.ª Secção Cível] e depois, desde 1 de setembro de 2011, na 4.ª Secção Social, onde se manteve até ao dia 26 de fevereiro de 2023, encontrando-se hoje como Juiz-Conselheiro e desde o dia 27 de fevereiro de 2023, no Supremo Tribunal de Justiça [na Secção Social e anteriormente e até 4/10/2023, na Secção Criminal], muito embora tenha, entre 1 de agosto de 2021 e o dia 31 de julho de 2022 exercido, em comissão de serviço, o cargo de Diretor-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários.

Tem desenvolvido ao longo dos anos, com particular incidência na área do Direito do Trabalho e do Processo do Trabalho, diversa colaboração com o Centro de Estudos Judiciários, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, JUTRA, APODIT, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e outras entidades, quer como membro dos júris dos exames do CEJ, quer através da simples moderação de painéis em colóquios, seminários e conferências até à intervenção como orador.

Exerceu funções de juiz formador do Centro de Estudos Judiciários, nos anos de 1992 a 1996 e 1999.

Lecionou nos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021 na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e no quadro de dois cursos de mestrado a cadeira de «*Direito Processual do Trabalho*».

Publicou diversos textos de natureza jurídica e judiciária.

Lisboa, 26 de janeiro de 2024

(JOSÉ EDUARDO MIRANDA SANTOS SAPATEIRO)



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ASSUNTO: **Procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética**

Proc: 2024/DSQMJ/2033

13-09-2024

Notas curriculares referentes aos candidatos pelo Tribunal da Relação:

- Juíza Desembargadora Augusta Maria Pinto Ferreira Palma;
- Juiz Desembargador Eduardo Petersen Silva;
- Juiz Desembargador José Francisco Moreira das Neves
- Juiz Desembargador Paulo Duarte Barreto Ferreira





Requerimento

Juiz	Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues Palma		
Lugar	Tribunal da Relação de Coimbra > TJ Comarca Coimbra > Juízo de família e menores da Figueira da Foz > Juiz 1		
Categoria	Juiz de Direito	Data	15-06-2024 13:04
Dirigido a	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura		
Assunto	Procedimento 2024/DSQMJ/2033		

Manifesto a minha disponibilidade para integrar o Conselho de Ética previsto no art. 6.º, n.º 1 e 2, al. a) e b) do Código de Conduta dos Juízes dos Tribunais Judiciais [publicado no Diário da República II série, D), de 6 de maio de 2024 – deliberação (extrato) 609/2024 de 06.05], porquanto:

- 1) desde o início da carreira (a caminho dos 24 anos), tenho procurado pautar a minha conduta, no exercício das funções jurisdicionais e fora dele, com discrição, integridade, seriedade, dignidade e sentido de responsabilidade;
- 2) caso assim seja entendido e com toda a humildade, em consonância com a minha postura ao longo destes autos de aceitação dos pedidos de colaboração do Conselho Superior da Magistratura para a boa administração da justiça, considero estar à altura de dar um contributo positivo na apreciação casuística e na definição normativa, dentro das funções do Conselho de Ética, como enunciadas no citado art. 6º n.º 2 do referido Código de Conduta.

Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues Palma

CURRICULUM VITAE

1 DADOS PESSOAIS

Nome:

Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues Palma

Nome de citação bibliográfica preferencial:

Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues

Sexo:

Feminino

Nascimento:

22-11-1974, Seia – Portugal

Dados de identificação:

[REDACTED]

Número de identificação fiscal:

[REDACTED]

Endereço profissional:

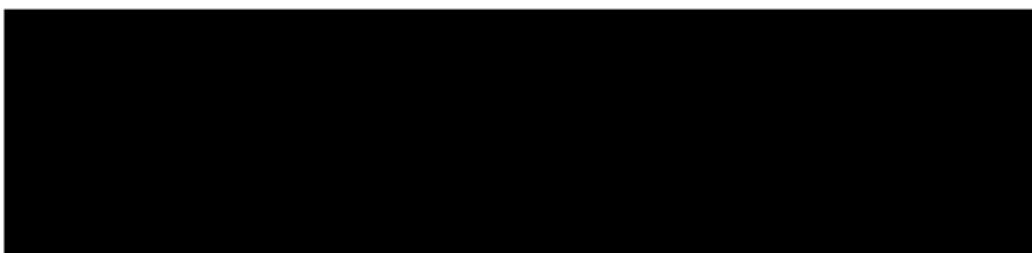
Juízo de Família e Menores da Figueira da Foz

Palácio da Justiça, Passeio Infante D. Henrique, Figueira da Foz

3080-154 Figueira da Foz, Centro - Portugal

Telefone: (351) 233401740 Fax: 233093529

Correio eletrónico:



Telemóvel:



2 GRAUS ACADÉMICOS

2.1.. Licenciatura

1992 - 1997 Direito.

Universidade de Coimbra (Faculdade de Direito).

Anos do Curso: 5.

Ano de conclusão: 1997.

Classificação obtida: 16 valores

2.2. Mestrado

1997 - 2000 Direito das Empresas.

Universidade de Coimbra (Faculdade de Direito).

Título da dissertação/tese: Das Pequenas e Médias Empresas, *máxime* no Direito da Concorrência . Ano de conclusão: 2000.

Classificação obtida: Bom com Distinção (16 valores)

Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Coutinho de Abreu

3 ATIVIDADE PROFISSIONAL

1997 - 1998

Tipo de vínculo: Contrato de Prestação de Serviços, Carreira profissional:

Docente Universitário, Categoria profissional: Outra Situação (Monitora),
Percentagem de tempo na instituição: 100%, Regime: Dedicção exclusiva.

1998 - 2000

Tipo de vínculo: Contrato Administrativo de Provisamento, Carreira profissional:

Docente Universitário, Categoria profissional: Assistente Estagiário,

Percentagem de tempo na instituição: 100%, Regime: Dedicção exclusiva.

Universidade de Coimbra

Vínculo institucional

2000 - 2001

Universidade de Coimbra

Vínculo institucional

Tipo de vínculo: Contrato Administrativo de Provisamento, Carreira profissional:

Docente Universitário, Categoria profissional: Assistente, Percentagem de tempo na instituição: 100%, Regime: Dedicção exclusiva.

Universidade de Coimbra

Vínculo institucional

1997 – 1999:

- Estágio de Advocacia no período compreendido entre 2 de dezembro de 1997 e 14 de junho de 1999, tendo obtido a classificação final de 13,5 valores no exame final da primeira fase e de «Muito Bom» na entrevista final de estágio, que se realizou no dia 13 de julho de 1999;
- Advogada estagiária entre 14 de junho de 1999 e 20 de julho de 1999;
- Inscrição como advogada titular da cédula profissional n.º 4203C, entre 20 de julho de 1999 e 15 de setembro de 1999, data do requerimento de suspensão da inscrição.

1999-2001

- Frequência do XVIII Curso Normal de Formação para Magistrados (admissão à frequência do XVII Curso Normal de Formação para Magistrados, tendo sido deferida a suspensão do seu início para o curso seguinte, para adiantamento da tese de mestrado), em regime de requisição à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde, desde 15 de setembro de 1999 a 17 de julho de 2000, conservava a categoria de Assistente-Estagiária e, a partir de 18 de julho de 2000, até 15 de setembro do mesmo ano, manteve a categoria de Assistente;

Formação da responsabilidade do Centro de Estudos Judiciários (em Lisboa, em Gouveia – magistratura do Ministério Público – e em Viseu – magistratura judicial)

Junho (16) a setembro (14) de setembro de 2001

Juiz auxiliar no Tribunal Judicial de Viseu

2001 - 2002

Tribunal judicial da Comarca de Celorico da Beira (primeiro acesso)

Vínculo institucional

Tipo de vínculo: Nomeação por Tempo Indeterminado, Carreira profissional: magistratura judicial, Categoria profissional: juiz de direito, Percentagem de tempo na instituição: 100%, Regime: Dedicção exclusiva, Com nomeação definitiva.

2002 - 2006

Tribunal judicial da comarca de Seia

Vínculo institucional

Tipo de vínculo: Nomeação por Tempo Indeterminado, Carreira profissional: magistratura judicial, Categoria profissional: juiz de direito, Percentagem de tempo na instituição: 100%, Regime: Dedicção exclusiva, Com nomeação definitiva.

2006 - 2008

Tribunal de Família e Menores de Lisboa

Vínculo institucional

Tipo de vínculo: Nomeação como juiz auxiliar, Carreira profissional: magistratura judicial, Categoria profissional: juiz de direito, Percentagem de tempo na instituição: 100%, Regime: Dedicção exclusiva, Com nomeação definitiva.

2008 - 2014

Círculo de Castelo Branco

Vínculo institucional

Tipo de vínculo: Nomeação por Tempo Indeterminado, Carreira profissional: magistratura judicial, Categoria profissional: juiz de círculo, Percentagem de tempo na instituição: 100%, Regime: Dedicção exclusiva, Com nomeação definitiva.

2014 -

Juízo de Família e Menores da Figueira da Foz (J1)

Vínculo institucional

Actual Tipo de vínculo: Nomeação por Tempo Indeterminado, Carreira profissional: magistratura judicial, Categoria profissional: juiz de direito, Percentagem de tempo na instituição: 100%, Regime: Dedicção exclusiva, Com nomeação definitiva.

2024 -

Graduação em 26º lugar no 12º Concurso Curricular de Acesso aos Tribunais da Relação (12º CCATR), conforme a deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, na Sessão Plenária de 16 de abril de 2024.

4 LÍNGUAS

Compreende: Português (Bem), Espanhol (Bem), Inglês (Bem), Francês (Bem), Italiano (Razoavelmente).

Fala: Português (Bem), Espanhol (Razoavelmente), Inglês (Razoavelmente), Francês (Pouco), Italiano (Pouco).

Lê: Português (Bem), Espanhol (Razoavelmente), Inglês (Razoavelmente), Francês (Razoavelmente), Italiano (Pouco).

Escreve: Português (Bem), Espanhol (Pouco), Inglês (Pouco), Francês (Pouco), Italiano (Pouco).

5 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E ARTÍSTICA/CULTURAL

5.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

5.1.1 Livros publicados

1 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues. Embargos de Terceiro. 1. ed. Coimbra: Almedina,

2001. v. 1. .

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Natureza: Texto integral; Meio de divulgação: Impresso; Portugal / Português; Volumes: 1.

2 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues. Das Pequenas e Médias Empresas, *maxime* no direito da concorrência . 1. ed. Coimbra: Almedina, 2001. v. 1. .

3 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, Embargos de Terceiro. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2013

4 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, Acesso à Prova nos Processos Judiciais da Concorrência, WoltersKluwer, fevereiro de 2020

5 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, Aplicação Privada do Direito de Defesa da Concorrência (Responsabilidade civil e tutela coletiva), WoltersKluwer, junho de 2021

5.1.2 Artigos publicados

1 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, «Embargos de Terceiro». Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Recife, n. 28, p. 5-52, 2001.

2 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, «Comissão Europeia *versus* Comunicações (*maxime* no direito da concorrência)». Temas de Integração, n. 12-13, pp. 12-44, 2001.

3 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, «Judicializar a defesa da concorrência: opção coerente e consistente?», Wolters Kluwer Portugal, JusJornal online, n.º 40, julho de 2019.

4 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues. « O acórdão do Tribunal de justiça (Segunda Secção) de 28 de março de 2019, no processo c-637/17 (reenvio prejudicial – prescrição e aplicação privada do direito de defesa da concorrência)», Wolters Kluwer Portugal, JusJornal online, setembro de 2019.

5 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, « RESPONSABILIDADE CIVIL DAS SOCIEDADES COMERCIAIS. Parte 1 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA», Wolters Kluwer Portugal, JusJornal online, outubro de 2019.

7 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, «RESPONSABILIDADE CIVIL DAS SOCIEDADES COMERCIAIS. Parte 2 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO SOCIETÁRIA», Wolters Kluwer Portugal, JusJornal online, outubro de 2019.

8 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, «Os animais de companhia na jurisdição da família e das crianças», e-book do CEJ, Direito dos Animais, março 2020, pp. 51-81.

9 Palma, Augusta Maria Pinto Ferreira Rodrigues, «Indemnização punitiva em particular no âmbito do direito de defesa da concorrência (aproximação conceptual)», Wolters Kluwer Portugal, JusJornal online, n.º 52, setembro de 2020.

6 CLASSIFICAÇÕES DE SERVIÇO

- Graduação em 3º lugar, na magistratura judicial, no curso do CEJ, de 1999/2001;
- Nota de «Bom», na inspeção ordinária de maio de 2005;

- Nota de «Bom com Distinção», na inspeção ordinária de junho de 2008;
- Nota de Muito Bom, na inspeção ordinária relativa ao período entre 16 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2012 (deliberação do Conselho Permanente de 09.04.2013);
- Nota de Muito Bom, na inspeção ordinária relativa ao período entre 16 de novembro de 2012 e 31 de dezembro de 2016 (deliberação do Conselho Permanente de 06.06.2017).

7 FORMAÇÃO CONTÍNUA

1 - Curso Livre de alemão jurídico, para tradução, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Ano letivo 1996/97;

2 - Curso intensivo de Informática, sobretudo Windows 95, MS-DOS, Word 7, Excel 7 e Multimedia, abril –maio de 1997;

3- Curso anual de Informática, integrado no âmbito da formação profissional, no Centro de Estudos Judiciários;

4 - Frequência do seminário subordinado ao tema «A Nova Legislação em Matéria de Criminalidade Organizada», Lisboa, 13 de Dezembro de 2002;

5- Frequência da acção de formação subordinada ao tema «Cooperação Internacional em Matéria Penal», Viseu, 23 e 24 de Maio de 2003;

6- Frequência da acção de formação subordinada ao tema «A Reforma da Acção Executiva», Lisboa, 28 de Fevereiro e 1 de Março de 2003;

7- Frequência do seminário subordinado ao tema «Os Tribunais e o Direito Europeu da Concorrência», Caramulo, 11 e 12 de Março de 2005;

8- Frequência do I Curso Jurídico de Regulação Económica, Lisboa, 14 e 15 e 28 e 29 de Outubro de 2005;

9 - Frequência dos seminários subordinados ao tema «O Tribunal. o Direito Europeu da Concorrência e os Consumidores», Viseu, 27 e 28 de Janeiro de 2006;

10 - Frequência da acção de formação subordinada ao tema «Direito da Regulação Económica», Porto, 8 e 9 de Junho de 2006;

11 - Frequência da acção de formação subordinada ao tema «Do regime da insolvência», Lisboa, 23 de Fevereiro de 2007;

12- Frequência da acção de formação subordinada ao tema «Reforma do Código de Processo Civil», Porto, 14 de Dezembro de 2007;

13 - Frequência da acção de formação subordinada ao tema «A responsabilidade civil do Estado e demais entes públicos», Porto, 28 de Novembro de 2008;

14 - Frequência da acção de formação subordinada ao tema «O novo regime jurídico do divórcio e das responsabilidades parentais», Porto, 24 de Abril de 2009;

15- Frequência da acção de formação subordinada ao tema «O novo regime do contrato de seguro», Porto, 22 de Junho de 2009;

16 - Frequência da acção de formação tipo A, subordinada ao tema «Direito do Consumo e contratos», Lisboa, 22 de Janeiro de 2010;

17 - Frequência do curso de formação para juízes nacionais em direito europeu da concorrência, Lisboa, 18 e 19 de Março de 2010;

18- Frequência do curso de especialização tipo C, subordinado aos temas da jurisdição dos tribunais de comércio, Lisboa, 3, 10, 17, 24 e 31 de Maio de 2010;

19 - Frequência da acção de formação tipo A, subordinada ao tema «Responsabilidade Civil por violação dos Direitos de Personalidade», Guarda, 25 de Fevereiro de 2011;

20- Frequência da acção de formação tipo A, subordinada ao tema «As sociedades comerciais. Responsabilidade subsidiária de gerentes e administradores», Porto, 8 de Abril de 2011;

21 - Frequência da acção de formação tipo A, subordinada ao tema «Reforma do Processo Executivo», Lisboa, 6 de Julho de 2012;

22 - Frequência da acção de formação tipo A, subordinada ao tema «Arrendamento», Guarda, 16 de Novembro de 2012;

23 - Frequência da acção de formação tipo A, subordinada ao tema «Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», Castelo Branco, 21 de Dezembro de 2012;

24 - Frequência do 2º curso de formação para juízes nacionais em direito europeu da concorrência, Lisboa, 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro, ambos de 2013;

25 - Frequência da acção de formação tipo A, subordinada ao tema «Direito Estradal », Castelo Branco, 22 de Março de 2013;

26 - Frequência da acção de formação tipo C – Temas de Direito Civil, incluindo a reforma do Código de Processo Civil, Castelo Branco, 5, 12, 19 e 26 de Abril de 2013;

27 - Frequência do 3º curso de formação para juízes nacionais em direito europeu da concorrência, Lisboa, junho de 2014;

28- Frequência da ação de formação tipo C – Temas de Direito da Família, Figueira da Foz, março de 2015;

29 - Frequência da ação de formação tipo A, subordinada ao tema «Adoção », Figueira da Foz, maio de 2015;

30 - Frequência do Curso Breve de Inglês Jurídico, Coimbra, junho de 2015;

31 - Frequência da ação de formação tipo A, subordinada ao tema «O Novo Processo de Inventário», Figueira da Foz, março de 2016;

32 - Frequência da ação de formação tipo C – Temas de Direito da Família e das Crianças, Coimbra, 6, 13, 29 e 30 de maio de 2016;

33 - Frequência da ação de formação «DIREITO INTERNACIONAL DA FAMÍLIA - ALGUNS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E SUA CONCRETIZAÇÃO JUDICIÁRIA(CASOS PRÁTICOS)», Coimbra, 17 de junho de 2016;

34 - Frequência da ação de formação tipo C – Temas de Direito da Família e das Crianças, Figueira da Foz, 20 e 27 de janeiro e 17 e 24 de fevereiro, tudo de 2017;

35 - Frequência do seminário organizado pela ERA, subordinado ao tema «Economics for EU Competition Law: na essential tool for the national judge», que teve lugar nos dias 8 e 9 de março de 2017, em Lisboa;

36 - Frequência da ação de formação tipo A – Direitos das Pessoas com Deficiência, Figueira da Foz, maio de 2017;

- 37 - Frequência da ação de formação tipo A12 – “Alienação Parental” – Mito(s) e Realidade(s), Figueira da Foz, março de 2018;
- 38 - Frequência da ação de formação tipo C6 – Temas de Direito da Família e das Crianças, Figueira da Foz, janeiro e fevereiro de 2018;
- 39 - Frequência da ação de formação tipo A30 – O TJJE e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, maio de 2018;
- 40 - Frequência do curso de formação E2 – Inglês Jurídico blearning, janeiro a junho de 2018;
- 41 - Intervenção no Workshop subordinado ao tema: «Cooperação Judiciária Internacional»; Coimbra, 12 e 19 de outubro de 2018;
- 42- Frequência da ação de formação tipo C6 – Temas de Direito da Família e das Crianças, Figueira da Foz, janeiro e fevereiro de 2019;
- 43 - Frequência da ação de formação tipo A23 – Intervenção Tutelar Educativa, Figueira da Foz, maio de 2019;
- 44 - Frequência da ação de formação tipo B – Na vanguarda da responsabilidade civil, julho de 2019;
- 45 - Frequência do curso de formação subordinado ao tema: “Legal language training in cooperation in civil matters”, Bucharest, 26-30 de agosto de 2019;
- 46 - Frequência da ação de formação tipo C – Temas de Direito da Família e das Crianças, janeiro e fevereiro de 2020;
- 47 - Frequência da ação de formação tipo A – Direito internacional da família, 20 de novembro de 2020;

48 - Frequência da ação de formação tipo C – Temas de Direito da Família e das Crianças, janeiro, fevereiro e março de 2021;

49 - Frequência da ação de formação tipo A – Direito internacional da família, dezembro de 2021;

50 - Frequência da ação de formação tipo C – Temas de Direito da Família e das Crianças, novembro e dezembro de 2021;

51 - Frequência da ação de formação tipo C – Temas de Direito da Família e das Crianças, outubro e novembro de 2022;

52 - Curso de formação, EJTN, subordinado ao tema: “Procedural Safeguards in Criminal Proceedings in the EU Practice: Improving the Existing Acquis – Directives (introductory)”; Pirna, Alemanha, 3-4 de abril de 2023;

53 - webinar on Collective redress in consumer protection (LW/2023/13) presented by Experts: Mrs. Elena D'Alessandro, Mr. Andrea Giussani, Mr. Ferruccio Auletta and moderated by Mrs. Lorenza Calcagno will be held tomorrow WED 25 October 2023 between 15.00-18.00 CET;

54 - EJTN - CI/2023/09 - European Civil Procedure in Family Law matters – advanced - 2, 3 Nov 2023, Sofia;

55 - General Intellectual Property Course for Distance Learning judges, na Academia da OMPI, Genebra, 12.09.2023 a 06.11.2023 (em inglês, por falta de número suficiente de inscrições em português), com a classificação final de 92 valores;

56 - Live webinar for Family Judges, 1 yar on ... the Brussels IIb (Recast) Regulation, 16th November 2023, 13:00 – 15:40 CTE

57 - Competition Lab for judges, Budapeste, 30.11.2023 e 01.12.2023.

8. ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

1. Entre 20 de outubro e 20 de dezembro de 2005, acumulação de funções com o 2º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca do Fundão, com vista ao despacho de pendências acumuladas (despachos saneadores e sentenças);

2. Entre 08 de abril de 2008 e 31 de julho de 2008, acumulação de funções na comarca de Oeiras, com vista ao despacho de pendências acumuladas (despachos saneadores e sentenças);

3. Acumulação sucessiva de funções com os Juízos Cíveis de Évora (10.09.2010 a 26.10.2010) e comarcas do Cartaxo, Entroncamento e Almeirim (27.10.2010 a 21.12.2010), Elvas, Portel e Lagos (21.12.2010 a 09.02.2011), Coruche e Lagos (10.02.2011 a 22.06.2011), Golegã (10.01.2012 a 31.05.2012), Santarém e Vila Real de Santo António (entre 23.09.2012 e 30 de junho de 2013), com vista ao despacho de pendências acumuladas (despachos saneadores e sentenças e, no caso do processo 106/1993, da (ex) comarca de Vila Real de Santo António, também os despachos necessários até ao agendamento da audiência de discussão e julgamento);

4. Entre junho e agosto de 2018, com o Juízo Cível (J1) da Figueira da Foz;

5. A partir de 1 de setembro de 2016, mediante adesão voluntária, acumulação com os juízos cível e criminal de Cantanhede, no que concerne a metade dos processos da competência do juízo de família e menores, que, por força da reestruturação judiciária, foram territorialmente desaforados do Juízo de Família e Menores da Figueira da Foz, e, a partir de maio de 2020 até 15 de julho de 2021, inclusive, com a totalidade desses processos;

6. A partir de 1 de dezembro de 2019 até 15 de julho de 2021, inclusive, mediante adesão voluntária, além da acumulação anterior, acumulação com o tribunal de competência genérica de Oliveira do Hospital, no que concerne aos processos da competência do juízo de família e menores, que, por força

da reestruturação judiciária, foram territorialmente desaforados do Juízo de Família e Menores de Coimbra.

7. A partir de 8 de outubro de 2021 até ao presente, mediante adesão voluntária, acumulação com os juízos cível e criminal de Cantanhede, no que concerne aos processos da competência do juízo de família e menores, que, por força da reestruturação judiciária, foram territorialmente desaforados do Juízo de Família e Menores da Figueira da Foz, bem assim aos processos de acompanhamento de maior e apensos respetivos, num caso e no outro.

9. ATIVIDADE COEVA COM O EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA:

- 1) Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Associação Sindical dos Juizes Portugueses no triénio 2006-2009;
- 2) Participação no grupo de trabalho organizado pela Direção Geral da Política de Justiça, para a revisão da legislação de família e menores, como magistrada judicial na área de família e menores, que teve lugar no dia 26 de setembro de 2014, na Segurança Social, no Porto;
- 3) Participação no «Encontro sobre formação de Magistrados na área do Direito da Concorrência», que teve lugar em Lisboa, a 18 de setembro de 2015;
- 4) Colaboração, como magistrada judicial na área de família e menores, no estudo de monitorização e avaliação diagnóstica da mediação familiar, em julho de 2017, organizado pela Direção Geral da Política de Justiça;
- 5) Participação no 67º encontro de Pontos de Contacto em Matéria Civil e Comercial, que teve lugar em Tallin (Estónia), a 30 de novembro e 1 de dezembro de 2017;
- 6) Participação no XIII Encontro Anual do CSM – Tecnologias de Informação e Justiça -, 29 e 30 de novembro de 2018, em Coimbra;

- 7) - Participação no “Curso de Formação de Juízes dos Países de Língua Portuguesa 2019”, de 7 a 20 de novembro de 2019, no Instituto Nacional de Juízes da China;
- 8) Intervenção, como oradora, na ação de formação relativa ao «Direito dos Animais», no CEJ, no dia 8 de dezembro de 2019, com o tema: « OS ANIMAIS DE COMPANHIA NA JURISDIÇÃO DA FAMÍLIA E DAS CRIANÇAS»;
- 9) Intervenção na reunião sobre a Revisão da Lei Tutelar Educativa, nas instalações da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, em Lisboa, em 6 de março de 2020.
- 10) Entrevista a 16 de julho de 2021 com a Dra. Filipa Queirós, no âmbito do «Projeto QUALIS», a cargo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.



Requerimento

Juiz	Eduardo Petersen Silva		
Lugar	Tribunal da Relação de Lisboa > Secção Cível > Lugar de Efectivo		
Categoria	Juiz Desembargador	Data	13-06-2024 18:11
Dirigido a	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura		

Assunto	candidatura referência 2024/DSQMJ/2033
---------	--

Exmº Senhor Juiz Conselheiro Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura:

Eduardo Petersen Silva, Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, vem apresentar a Vª Exª requerimento no âmbito da referência 2024/DSQMJ/2033 e da Divulgação n.º 2024/0083 - 2023/GAVPM/2079 - Código de Conduta, de 23/04/2024 e da Divulgação n.º 2024/0101 - Procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética, datado de 03/06/2024, manifestando a sua disponibilidade para integrar como membro o referido Conselho de Ética.

Junta nota curricular sucinta e carta de motivação

Apresentando a V. Exª os melhores cumprimentos,

Espera deferimento,

Eduardo Petersen Silva

Carta de Motivação

Disponibilizo-me para ser membro do Conselho de Ética pelos seguintes motivos:

Não me concebo sem liberdade, que para mim não é outra coisa que o exercício diário da honestidade para comigo mesmo e da assunção das responsabilidades que tal exercício permite que eu faça de modo pleno e sem reservas. Interessa-me, em convicção profunda e em prática, ser, e não apenas parecer ser.

O exercício diário é dinâmico, porque sendo humanos, crescemos por dúvida – senão mais por erro – e juízo crítico que nos permite orientar ao caminho correto.

Este juízo crítico foi sedimentando em mim uma paixão pela apreciação do caso concreto e, creio, uma especialização nessa apreciação.

É munido deste mesmo juízo que pondero aqueles que são os valores geralmente aceites em sociedade, perscrutando o quanto neles corresponde aos valores fundamentais de convivência humana proclamados como universais, e o quanto neles é aparência, pesada, que vela a continuidade de pensamentos e práticas preconceituosas, a todos os níveis, em contrário. É ainda munido deste mesmo instrumento que mantenho a distância para a espuma dos dias, e para as forças e interesses que a movem tão rápido.

Acredito plenamente que a ausência de medo e a franca coragem são atributos necessários e possíveis para cada juiz ou juíza.

A ética dos juízes, e a sua consagração em Código, beneficiam em primeiro lugar, e fundamentalmente, duma análise e posterior compilação de comportamentos e situações concretas – e daí a primeira atribuição que é apontada ao Conselho de Ética – que densifiquem os princípios mais genéricos dele constantes.

Esse vindouro catálogo dará corpo a um conhecimento mais sólido, a partir do qual se pode afirmar maior clareza e potencialmente maior adesão dos juízes. Mas pode, outrossim, colocar-se como base segura para estabelecimento de novos deveres jurídicos a cargo dos juízes, com a inerente responsabilização disciplinar, senão outras.

Creio que, para esta mais severa intervenção, há perigo acrescido quanto maior for o caminho de algum modo inverso ao do Estado de Direito, que circunstâncias as mais diversas vêm indiciando para a sociedade humana.

Apesar da atual previsão do Código de Conduta excluindo matéria com relevância disciplinar, entendo que a apreciação que venha a ser feita dos casos e situações que vierem a ser apresentados ao Conselho de Ética e a formulação de opiniões ou recomendações sobre a aplicação do Código ou sobre a sua atualização, não pode prescindir do guia da liberdade pessoal e da liberdade do juiz, fundados na sua inarredável condição de pessoa humana, a iluminar de modo aprofundado e metuculoso, a referida apreciação.

É esta tarefa e este compromisso que aqui assumo.

NOTA CURRICULAR

EDUARDO PETERSEN SILVA

Natural de Lisboa

Nascido em 17 de Maio de 1961

Nacionalidade: Portuguesa

Percurso profissional

Após estágio de pré-afecção iniciado em 01.10.1987, desempenhou funções como:

Juiz de Direito (Auxiliar) na 2ª Vara Criminal do Porto - 12.04.1988 a 02.05.1989

Juiz de Direito (Auxiliar) no 4.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa - 03.05.1989 a 31.08.1989;

Juiz de Direito no Tribunal da Comarca de Reguengos de Monsaraz - 01.09.1989 a 31.08.1991;

Juiz de Direito no Tribunal da Comarca de Entroncamento - 01.09.1991 a 31.08.1992;

Juiz de Direito nos Juízos de Polícia de Lisboa – 2.º Juízo - 01.09.1992 a 13.12.1992;

Juiz de Direito no 1.º Juízo Criminal do Porto - 14.02.1992 a 11.05.1994;

Juiz de Direito no Tribunal de Instrução Criminal de Cascais/Oeiras - 12.05.1994 a 15.05.1995;

Juiz de Direito (Auxiliar) na 4.ª Vara Criminal de Lisboa - 16.05.1995 a 31.08.1996;

Juiz de Direito no 3.º Juízo do Tribunal do Trabalho do Porto;

Juiz de Direito no 1.º Juízo do Tribunal do Trabalho do Porto - 01.09.1998 a 14.09.2001;

Licença sem vencimento de longa duração para curso em área não jurídica.

Juiz de Direito no 5.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa - 01.09.2004 a 31.08.2010;

Juiz de Direito (Auxiliar) no Tribunal da Relação do Porto - Secção Social - 01.09.2010 a 31.08.2015;

Juiz de Direito Auxiliar no Tribunal da Relação de Lisboa – 6ª Secção - 01.09.2016
a 07.09.2017;

Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa – a partir de 08/09/2017 e
até ao presente.



Requerimento

Juiz	José Francisco Moreira das Neves		
Lugar	Tribunal da Relação de Évora > Secção Criminal > Lugar de Efectivo		
Categoria	Juiz Desembargador	Data	18-06-2024 11:44
Dirigido a	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura		

Assunto	Conselho de Ética - Ref. ^a 2024/DSQMJ/2033
---------	---

Ex.mo. Senhor Vice-Presidente

Conselho Superior da Magistratura

Rua Duque de Palmela, n.º 23

LISBOA

Assunto: Procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética - Proc. 2024/DSQMJ/2033 (Divulgação n.º 101/2024)

José Francisco Moreira das Neves, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Évora, vem respeitosamente, apresentar junto desse Conselho a sua candidatura ao procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética, para o que nos termos regulamentares anexa a este:

- nota curricular;
- carta de motivação.

Com os melhores cumprimentos,

José Francisco Moreira das Neves

Juiz Desembargador

Tribunal da Relação de Évora

NOTA CURRICULAR

José Francisco Moreira das Neves – Juiz Desembargador

1. FORMAÇÃO ACADÉMICA e PROFISSIONAL

- Licenciatura em Direito – 1990
- Curso Superior de Medicina Legal (INML) – 2000
- Pós-Graduação em Direito da Medicina – 2005
- Frequentou mais de meia centena de ações de formação, em diversas áreas do Direito, em Portugal e na Europa.

2. CARREIRA PROFISSIONAL

- Exerceu funções nos tribunais de comarca de Loures (1995), Nordeste (1995/1996), Praia da Vitória (1996/1997), Ponta Delgada (1997/1999). E como juiz de círculo do Círculo Judicial de Ponta Delgada, entre 1999 e 2014.
- Nesse período exerceu também, em acumulação, no Tribunal de Família e Menores de Ponta Delgada (em 1999); e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada (em 2004/2005).
- Foi presidente do Tribunal Judicial da comarca dos Açores entre 2014 e 2019;
- Promovido a Juiz Desembargador em 2017, vem exercendo no Tribunal da Relação de Évora, desde janeiro de 2020.

3. ÉTICA JUDICIAL

- Integrou o Grupo de Trabalho que no âmbito da ASJP produziu a proposta de «Compromisso Ético dos Juizes Portugueses» - em 2008 https://asjp.pt/downloads/compromisso_etico_dos_juizes_portugueses.pdf ;
- Como membro do Grupo de Reflexão sobre Ética Judicial, em 2010, foi coautor de Parecer versando sobre o «Princípio da exclusividade de funções e o exercício pelos juizes de outras atividades» - publicado no Boletim Informação e Debate, VI.^a Série, ASJP, n.º 6, 2011, pp. 233 e ss., também disponível em: <http://www.asjp.pt/wp-content/uploads/2011/01/Estudo-exclusividade-de-fun%C3%A7%C3%B5es.pdf> ;
- É também coautor do trabalho «Do dever de reserva dos Juizes – Breves considerações», publicado na revista Julgar, n.º 7, Coimbra Editora, maio 2009, pp. 72 ss., também disponível em: <https://julgar.pt/wp-content/uploads/2016/04/04-M-Neves-e-Rui-Reis-Dever-de-Reserva.pdf>

4. FORMADOR/TUTOR DE MAGISTRADOS E/OU DE ADVOGADOS

- Formador no âmbito do curso «gestão dos tribunais», pelo Centro de Estudos Judiciários, (mai2020): <https://educast.fccn.pt/results?channel=21t0kx862z>
- Monitor/formador em ação de formação em direito civil dos juizes de Timor-Leste, organizada pela Associação Sindical dos Juizes Timorenses e *The Asia Foundation* (Díli), jul2017;

- Monitor em ações formativas de prática judicial no INFJJ (Matola – Moçambique) em 2007 e em 2017;
- Tutor de juizes europeus em estágios no Tribunal de Ponta Delgada (2012, 2013, 2014);
- Membro de painel (palestrante convidado) no Centro de Estudos Judiciários (Lisboa), sobre «violência doméstica» (20fev2009);
- Monitor em ações formativas de magistrados na Faculdade de Direito de Bissau (Bissau), em fev. e em jul2009;
- Monitor/formador como «perito europeu» em dois seminários sobre «Direito Penal dos Juvenis» - visando a formação de juizes russos - *ACOJURIS – Agence de Cooperation Juridique International* -, em Cheboksary, na República da Chuvashia (Rússia), em jun2007;
- Monitor em ações formativas de magistrados no INEJ (Luanda), em nov2004 e em fev2006;
- Monitor/formador nos cursos de estágio da advocacia (Ponta Delgada 2002 e 2004); e como palestrante em atividades do Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Advogados (Ponta Delgada, 1999 e 2001);
- Em junho de2003, participou no workshop luso-americano, organizado por *Justice across the Atlantic*, na Roger Williams University, em Bristol, Rhode Island (EUA), apresentando comunicação sobre: «Maus tratos infantis na jurisdição criminal».

5. OUTROS

- É autor (ou coautor) de mais de uma dúzia de trabalhos versando temas diversos do direito (violência doméstica; tráfico e consumo de drogas; justiça penal negociada; organização judiciária; política judiciária; e outros), publicados em livros ou revistas da especialidade;
- Apresentou na Assembleia da República (em Audição Pública na Subcomissão da Igualdade), a 28jun2010, comunicação sobre «violência doméstica», por indicação do Conselho Superior da Magistratura;
- Foi membro fundador/organizador das «Jornadas Açorianas de Direito», integrando o respetivo Grupo de Trabalho até à sua V edição (2010/2018);
- Interveio em dezenas de eventos organizados na comunidade, na Universidade dos Açores; na Universidade de Coimbra; na Escola Secundária Antero de Quental; na EPROSEC - Escola Profissional de Ponta Delgada; na Polícia Judiciária; no Sindicato dos Funcionários Judiciais; no Instituto Açoriano de Cultura; na Associação dos Fotógrafos Amadores dos Açores; no Rotary Club de Ponta Delgada; no Rotary Club de Angra do Heroísmo; no 9.º Congresso dos Juizes Portugueses (em Ponta Delgada); e em muitos outros organismos e ocasiões;
- Foi delegado da Comissão Nacional de Eleições na Região Autónoma dos Açores entre 2008/2013.

*

* *

Carta de motivação

José Francisco Moreira das Neves – Juiz Desembargador

Prezados colegas,

A dinâmica social, a complexificação da vida moderna e as inovações tecnológicas, aportam novos desafios às instituições da justiça, não apenas relativas ao exercício concreto da arte de julgar, mas também nos domínios da ética judicial.

É neste quadro que, à semelhança do que sucede em diversos países europeus, surge a institucionalização de um órgão independente – o Conselho de Ética - preparado para estudar e compreender esses desafios e contribuir para a evolução e prestígio da justiça e da judicatura.

De um ponto de vista pessoal, poucas seriam neste momento, as razões que mobilizariam o meu interesse para sair da tranquilidade das rotinas da profissão.

Mas o temário da ética judicial, sendo naturalmente interpelante para qualquer juiz, é-o particularmente para mim, na medida em que – como a nota biográfica esclarece – esta é uma das áreas de estudo da minha predileção.

Agradeço, por isso, que considereis a minha candidatura a essa honrosa responsabilidade, ficando ao V/ dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Atenciosamente,

José Francisco Moreira das Neves

Juiz Desembargador

Tribunal da Relação de Évora

jose.f.neves@juizes-csm.org.pt

jfmseven@gmail.com



Requerimento

Juiz	Paulo Duarte Barreto Ferreira		
Lugar	Tribunal da Relação de Lisboa > Secção Criminal > Lugar de Efectivo		
Categoria	Juiz Desembargador	Data	06-06-2024 14:42
Dirigido a	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura		

Assunto	2024/DSQMJ/2033 -Manifestação de vontade a integrar como membro o Conselho de Ética
---------	---

Exm.º Senhor Juiz Conselheiro

Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura

Excelência.

Paulo Barreto, juiz desembargador em exercício de função na 5.ª Secção do Tribunal da Relação de Lisboa, vem, pelo presente, manifestar interesse em integrar o Conselho de Ética.

Anexa nota curricular (limitada à sua actividade profissional) e carta de motivação.

Mui respeitosamente e com elevada consideração pessoal,

Lisboa, 06 de Junho de 2024

O juiz Desembargador

Paulo Barreto



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA 5ª Secção

Carta de Motivação

(Procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética)

Paulo Barreto, juiz desembargador em exercício de função na 5.ª Secção do Tribunal da Relação de Lisboa, vem, pelo presente, elencar os seguintes motivos que o levam a manifestar interesse em integrar o Conselho de Ética:

Uma experiência acumulada de 37 anos como auditor de justiça, juiz de direito, juiz desembargador e funções de gestão de Tribunal. A mais alta nota de mérito, sem qualquer sanção disciplinar.

Orador e conferencista em temas de direitos fundamentais e sociais, de liberdade e segurança, da liberdade de imprensa, do funcionamento do sistema judicial, da prevenção e combate à violência contra as mulheres e as crianças.

É membro da Comissão de Ética da Universidade da Madeira desde 2020, o que lhe permite ter conhecimento sobre o funcionamento das comissões de ética e da legislação internacional, comunitária e nacional aplicáveis. Com esta experiência adquirida está confortável na distinção entre questões éticas, de protecção de dados e científicas ou jurisdicionais, com conhecimento sobre os limites de intervenção de uma comissão de ética.

Nota curricular (percurso exclusivamente como juiz)

Nomeado Auditor de Justiça do Centro de Estudos Judiciários, de 01 de outubro de 1987 a 14 de setembro de 1990, (pelo meio serviço militar obrigatório cumprido na Armada), com classificação final de 14 valores

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 18 de julho de 1990, foi nomeado como Juiz de Direito em regime de estágio na Comarca do Funchal, de 15 de setembro de 1990 a 21 de junho de 1991;

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 14 de maio de 1991, foi colocado como Juiz de Direito efetivo no Tribunal da Comarca de Santa Cruz da Graciosa, de 26 de junho de 1991 a 10 de setembro de 1992;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 07 de julho de 1992, foi colocado como Juiz de Direito efetivo no Tribunal da Comarca de Coruche, de 01 de setembro de 1992 a 07 de janeiro de 1993;

Por deliberação do Conselho Permanente do Conselho Superior da Magistratura de 14 de dezembro de 1992, foi colocado como Juiz de Direito auxiliar no Tribunal Judicial do Seixal - 2.º juízo, de 08 de janeiro de 1993 a 30 de dezembro de 1993;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 14 de dezembro de 1993, foi colocado como Juiz de Direito efetivo no Tribunal da Comarca de Albergaria-a-Velha - 1.º Juízo, de 31 de dezembro de 1993 a 31 de maio de 1994;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 12 de maio de 1994, foi colocado como Juiz de Direito efetivo no Tribunal Cível do Funchal - 3.º Juízo, de 01 de junho de 1994 a 13 de setembro de 1997;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 14 de julho de 1997, foi colocado interinamente como Juiz de Direito efetivo no Tribunal de Círculo do Funchal - 2.º Juízo, de 14 de setembro de 1997 a 29 de outubro de 1997.

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 16 de outubro de 1997, foi nomeado Juiz de Direito efetivo no mesmo lugar, de 30 de outubro de 1997 a 14 de setembro de 1999;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 14 de julho de 1999, foi colocado como Juiz de Direito efetivo na Vara Mista do Funchal, de 15 de setembro de 1999 a 14 de setembro de 2004;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 16 de julho de 2004, foi colocado como Juiz de Direito efetivo nas Varas Criminais de Lisboa - 1.^a Vara, de 15 de setembro de 2004 a 31 de agosto de 2006;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 18 de julho de 2006, foi colocado como Juiz de Direito efetivo na Varas Mista do Funchal, de 01 de setembro de 2006 a 29 de fevereiro de 2008;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 22 de janeiro de 2008, foi colocado como Juiz de Direito efetivo no Quadro Complementar de Juizes de Lisboa, com efeitos a 22 de janeiro de 2008, tendo sido afeto ao Tribunal de Comércio de Lisboa até 31 de agosto de 2008 e ainda, à Vara Mista do Funchal de 22 de janeiro de 2008 até 05 de fevereiro de 2008;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 15 de julho de 2008, foi colocado como Juiz de Direito efetivo na Vara Mista do Funchal, de 01 de setembro de 2008 a 31 de agosto de 2010;

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 09 de junho de 2009, foi afeto ao Tribunal da Comarca de Santa Cruz, desde 12 de junho de 2009 e por um período de 30 dias.

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 15 de dezembro de 2009, foi-lhe deferida acumulação de funções no Tribunal da Comarca de Santa Cruz, de 16 de dezembro de 2009 a 15 de julho de 2010;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 13 de julho de 2010, foi colocado como Juiz de Direito auxiliar ao Tribunal da Relação de Lisboa, de 01 de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2012;

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 13 de julho de 2012, foi nomeado e colocado como Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Guimarães, de 01 de setembro de 2012 a 23 de abril de 2014.

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 09 de abril de 2014, foi nomeado, em comissão de serviço, como Juiz Presidente da Comarca da Madeira, de 24 de abril de 2014 a 31 de agosto de 2020.

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 12 de julho de 2016, foi colocado como Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa, lugar que ocupou após a cessação da mencionada comissão de serviço (01 de setembro de 2020), até à presente data.

Membro da Comissão de Informatização da Jurisprudência do Tribunal da Relação de Lisboa

Inspecções:

Classificação Bom - Data de Homologação 1995-5-16 - Categoria Juiz de Direito - Lugares Tribunal Judicial do Seixal - Período De 1993-01-07 a 1993-12-30

Classificação Bom com Distinção - Data de Homologação 1996-10-01 - Categoria Juiz de Direito - Lugares Tribunal Cível do Funchal - Período De 1994-06-08 a 1996-04-22

Classificação Bom com Distinção - Processo Contencioso 10/99 - Data de Homologação 1999-02-18 - Categoria Juiz de Direito - Lugares Tribunal de Círculo do Funchal - Período De 1997-09-16 a 1998-10-27

Classificação Muito Bom - Data de Homologação 2003-10-07 - Categoria Juiz de Direito - Lugares Vara Mista do Funchal - Período De 1998-10-28 a 2003-06-30

Classificação Muito Bom - Data de Homologação 2009-01-27 - Categoria Juiz de Direito - Lugares Vara Mista do Funchal - Período De 2003-07-01 a 2008-10-28



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ASSUNTO: **Procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética**

Proc: 2024/DSQMJ/2033

13-09-2024

Notas curriculares referentes aos candidatos pela Primeira Instância:

- Juíza de Direito Mariana Azevedo Salvador dos Santos Capote;
- Juiz de Direito Pedro Leão da Costa Condé Pinto.





Requerimento

Juiz	João Ricardo Viegas Correia		
Lugar	Tribunal da Relação de Lisboa > Quadro Complementar de Juízes de Lisboa > Lugar de Efectivo		
Categoria	Juiz de Direito	Data	18-06-2024 18:36
Dirigido a	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura		

Assunto	Procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética - 2024/DSQMJ/2033		
---------	--	--	--

Exmo. Senhor Vice Presidente,

Excelência,

Na sequência da abertura do procedimento para constituição como membros do Conselho de Ética, venho por este meio apresentar a minha candidatura juntando para o efeito nota curricular e carta de motivação.

De V.Exa,

Atenciosamente,

João Ricardo Viegas Correia

(Juiz de Direito)

Exmos(as) Senhores(as) Doutores(as),

Após tomar conhecimento da abertura da vaga para Membro do Concelho de Ética, venho por meio desta carta de motivação apresentar a minha candidatura.

Sou magistrado judicial com catorze anos de experiência em diversas jurisdições, nomeadamente criminal, cível, família e menores, trabalho e comércio durante os quais tenho procurado sempre aprimorar e desenvolver os meus conhecimentos.

Durante o meu percurso profissional frequentei diversas acções de formação, seminários e workshops, em Portugal e no estrangeiro, nos mais diversos temas, entre os quais na Academia de Direito Europeu de Trier, Instituto Europeu da Administração Pública no Luxemburgo, Gabinete para Harmonização do Mercado Interno em Alicante e Instituto Universitário Europeu de Florença.

Tenho uma licenciatura em Direito na Universidade Católica de Lisboa, com dois pós-graduações em direito fiscal e arbitragem para além de outros cursos complementares que realizei, ao longo dos anos, nas mais diversas áreas.

Conforme currículo anexo possuo a qualificação necessária para preencher os requisitos da vaga em questão.

Melhores Cumprimentos,

João Ricardo Viegas Correia

Nota Curricular

João Ricardo Viegas Correia, Juiz de Direito desde 15 de Setembro de 2006

1 – Dados pessoais:

Nasceu em 2 de Dezembro de 1974

É natural do concelho de Mortágua, distrito de Viseu.

2 – Habilitações académicas/profissionais:

2020 – Pós-graduação em direito da arbitragem ministrado pela Universidade Nova de Lisboa.

2006 – Curso de formação de magistrados ministrado pelo Centro de Estudos Judiciários.

2004 – Curso de preparação para a carreira de Auditor de Justiça ministrado pela Universidade Lusíada de Lisboa.

2002 – Pós-graduação em direito fiscal ministrado pela Instituto Superior de Gestão de Lisboa.

2002 – Inscrição na Ordem dos Advogados Portugueses.

1999 – Curso de Inglês Jurídico ministrado por Cambridge Academy of English.

1999 – Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa.

3 – Experiência profissional:

2006 até à presente data – Juiz de Direito a exercer em diversas jurisdições nomeadamente na jurisdição criminal, cível, família e menores, trabalho e comércio.

2004 a 2006 – curso de formação de magistrado (CEJ)

1999 a 2004 – Advogado.

4 – Outras atividades/cargos:

2022 – Membro do grupo de trabalho responsável pela proposta de iniciativa legislativa de alteração do Estatuto do Administrador Judicial, para resolver a questão relativa ao impasse do seguro de responsabilidade civil obrigatório dos administradores judiciais, bem como a criação do Fundo de Garantia dos Administradores Judiciais (FGAJ).

2020 - Formador da Comissão para Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça (Administradores de Insolvência).

2019 até à presente data - Árbitro integrado na lista de árbitros constituída nos termos do artigo 384º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).



Requerimento

Juiz	Mariana Azevedo Salvador dos Santos Capote		
Lugar	Tribunal da Relação de Lisboa > TJ Comarca Lisboa > Juízo central cível de Lisboa > Juiz 20		
Categoria	Juiz de Direito	Data	08-07-2024 12:28
Dirigido a	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura		

Assunto	Nota curricular sucinta e carta de motivação
---------	--

No seguimento do solicitado, venho por este meio apresentar nota curricular sucinta e carta de motivação, conforme documento em anexo.

Nota curricular sucinta

Nome: MARIANA AZEVEDO SALVADOR SANTOS CAPOTE

Naturalidade e data de nascimento: Coimbra, 18.12.1975

Percurso académico e profissional:

Licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1998;

Ingresso no Centro de Estudos Judiciários em Setembro de 2001, no âmbito do XX Curso Normal de Formação de Magistrados;

Colocação como Juiz de Direito em regime de estágio no Tribunal Judicial do Montijo, em 2003;

Colocação como Juiz de Direito em Setembro de 2004, no Tribunal Judicial do Cadaval (comarca de 1º acesso);

Entre 2005 e 2013, Juiz de Direito no 7º Juízo Cível de Lisboa; entre 2014 e 2017, Juiz de Direito no Juízo Local Cível da Comarca de Lisboa e, de 2017 até ao presente, no Juízo Central Cível de Lisboa.

Carta de motivação

É com honra e entusiasmo que me apresento a minha candidatura.

Propor-me integrar o Conselho de Ética, como Magistrada Judicial de 1ª instância, constitui um desiderato que desejo atingir por dois fundamentais motivos.

O primeiro, como oportunidade de contribuir para a construção de um edifício jurídico-valorativo adequado, de que o Código de Conduta dos Juízes dos Tribunais Judiciais é documento orientador e norteador, no sentido de assegurar a realização dos valores que se querem comuns a esta Magistratura, enquanto pilar essencial do poder judicial numa sociedade em Estado de Direito.

O segundo, como instrumento de evolução e crescimento pessoal enquanto Magistrada Judicial, pondo as minhas capacidades e competências à prova em benefício do bem comum, convocando os cerca de vinte anos de exercício contínuo e activo da Profissão.

Isto é, pois, o que me motiva e estimula, na esperança de, assim mobilizada, melhor cumprir tais desígnios, contribuindo para garantir a integridade e imparcialidade dos Magistrados Judiciais e, enfim, para a confiança dos cidadãos no sistema de Justiça.



Requerimento

Juiz	Pedro Leão da Costa Condé Pinto		
Lugar	Tribunal da Relação de Evora > TJ Comarca Faro > Juízo de comércio de Olhão > Juiz 1		
Categoria	Juiz de Direito	Data	18-06-2024 15:49
Dirigido a	Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura		

Assunto	Ref. - 2024/DSQMJ/2033 - Conselho de Ética - Manifestação de disponibilidade
---------	--

Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura,

Senhor Juiz Conselheiro Luís Azevedo Mendes,

Venho pelo presente manifestar a minha disponibilidade para a integração do Conselho de Ética como representante dos Tribunais de Primeira Instância.

Junto em anexo carta de motivação e breve síntese curricular.

Grato pela atenção,

Subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos,

Pedro Condé Pinto

Caras e Caros Colegas,

O lugar de cada Juiz na sociedade já não é ditado pelas concepções restritivas, monásticas ou de redoma de outrora.

Cada Juiz, na sua vida pessoal, familiar e social, constrói e participa num vasto feixe de relações e interacções sociais e humanas, com pessoas e instituições.

E, neste contexto, a vida privada e social dos Juízes cruza-se cada vez mais com o exercício da sua função e a dignidade do cargo.

O Estatuto dos Magistrados Judiciais contém um significativo elenco de normas disciplinadoras da actuação dos juízes no exercício de funções, e fora delas, com restrição de vários dos seus direitos fundamentais.

Num plano distinto, veio agora o Código de Conduta dos Juízes estabelecer um conjunto de orientações de conduta, assente em valores comuns, que os Juízes aceitam comprometidamente, com vista a reforçar a confiança da comunidade na sua actuação.

Trata-se de orientações de conteúdo diverso, que se prendem designadamente com o recebimento de ofertas, com a utilização de informação privilegiada, com o aproveitamento do prestígio profissional inerente à função.

É inquestionável que a observância de tais princípios constitui uma garantia crucial da confiança dos cidadãos na independência e imparcialidade dos Juízes e na integridade das decisões judiciais.

Por outro lado, é imperioso destacar que essa auto-limitação de conduta está restringida pela estrita realização desses valores. Sob pena de, para além desse limite, constituir uma invasão inaceitável da liberdade individual da cada Juiz e do seu direito a uma vida pessoal, familiar e social plena.

É com estas motivações que venho manifestar a minha disponibilidade para integrar o Conselho de Ética, em representação dos Tribunais Judiciais de Primeira Instância, o que muito me honraria caso seja essa também a vontade das e dos Colegas.

Grato pela Vossa atenção,

Com os melhores cumprimentos,

O Juiz de direito,

Pedro Condé Pinto

Pedro
Condé Pinto

Digitally signed by Pedro Condé Pinto
DN: c=CPT, t=Juiz de Direito, o=Conselho Superior da Magistratura, SN=Condé Pinto, G=Pedro, CN=Pedro Condé Pinto
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024.06.18 15:44:59+01'00'
Foxit PDF Reader Version: 2023.2.0

Breve Síntese Curricular

Pedro Leão da Costa Condé Pinto

- Nascido a 01 de Novembro de 1979;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, entre 1997 e 2002;
- Estágio e exercício da advocacia entre 2002 e 2006;
- Ingresso no CEJ em Setembro de 2006;
- Estágio como auditor de justiça no antigo Tribunal Judicial da Comarca da Maia e como juiz de direito em regime de estágio no antigo Tribunal Judicial da Comarca de Penafiel;
- Posse como Juiz de direito em 03.09.2009;
- Exercício de funções em primeiro acesso no antigo Tribunal Judicial da Comarca de São João da Pesqueira entre Setembro de 2009 e Agosto de 2010;
- Exercício de funções no antigo Tribunal Judicial da Comarca de Albufeira, entre Setembro de 2010 e Agosto de 2012;
- Exercício de funções nos antigos Juízos Criminais do Tribunal da Comarca de Faro entre Setembro de 2012 e Agosto de 2013;
- Exercício de funções, enquanto auxiliar, no antigo Círculo Judicial de Faro, entre Setembro de 2013 e Agosto de 2014.
- Exercício de funções no Juízo Central Cível de Faro, entre Setembro de 2014 e Agosto de 2016;
- Exercício de funções no Juízo de Execução de Loulé, entre Setembro de 2016 e Agosto de 2018;
- Exercício de funções no Juízo de Comércio de Olhão desde Setembro de 2018 até à presente data;
- Exercício de funções, em acumulação, no Juízo de Comércio de Lagoa desde Abril de 2023;
- Juiz Formador desde 2021 até à presente data; e
- Membro do Concelho Consultivo do Tribunal Judicial da Comarca de Faro em representação dos Juízes da Comarca, eleito em 2021 e reeleito em 2024.